

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: PARA QUÊ?

Ricardo Rossato¹

Considerando a realidade brasileira e o contexto de desenvolvimento do país, situa-se o papel da Sociologia da Educação no desencadeamento do processo de mudança social. Indicam-se as etapas dessa mudança com base na leitura crítica da relação educação e sociedade, ressaltando-se os principais autores.

¹ Professor de Sociologia da Educação da Universidade de Passo Fundo, Doutor pela Sorbonne de Paris.

INTRODUÇÃO

Desde o seu surgimento, a Sociologia tem oferecido importantes contribuições para o campo da Educação. Ajudou em muito para uma maior abertura da escola para a sociedade; facilitou a compreensão dos diferentes papéis dos agentes envolvidos no processo educativo, bem como das próprias tarefas e funções macrosociais da escola e da própria educação.

A partir do pensamento de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, que dão origem às três correntes básicas da Sociologia atual, houve importante evolução neste campo. Contudo, fatores históricos e conjunturais dificultaram em muito, entre nós, a consolidação dum pensamento mais estruturado, a análise dos clássicos e o desenvolvimento de estudos e pesquisas. A Sociologia foi, muitas vezes, vista como um setor dominado por militantes que se preocupavam mais em fazer *política* do que *ciência* propriamente dita. A visão tacanha de governantes ou dos próprios setores da pesquisa dificultou sobremaneira o crescimento das Ciências Humanas, sendo a Sociologia, por vezes, o foco preferido das críticas. O período que vai até 1945 é farto em exemplos, e os anos que se seguem ao golpe militar de 1964 se encarregam de ressuscitar práticas repressoras há muito abandonadas nos países mais avançados.

Nesse contexto, a Sociologia avança muito lentamente, mas vai, mesmo assim, constituindo um campo próprio dentro do cenário nacional. Destaquem-se as importantes e originais contribuições da chamada *Sociologia do Desenvolvimento* e a denominada *Teoria da Dependência*. Guarda ainda, contudo, profundas marcas da Sociologia europeia e, sobretudo, da norte-americana.

No presente artigo, pretendemos examinar o papel da Sociologia da Educação no cotidiano da vida escolar e as contribuições que ela pode oferecer para o desenvolvimento da sociedade atual. Buscamos ver como a Sociologia se insere na vida do aluno, da sala de aula, da escola; que abordagens devem ser feitas para que o aluno tenha melhor compreensão dos diferentes papéis dos agentes sociais.

Inicialmente, retomaremos, ainda que sinteticamente, o contexto brasileiro para nele inserir as contribuições da Sociologia.

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

A evolução recente da sociedade brasileira tem privilegiado os setores mais conservadores e tradicionais que a compõem. Em muitos países, o século XX serviu para consolidar muitas conquistas sociais que se desenhavam no final do século XIX, como a realização de numerosos processos de reforma agrária na Europa, na Ásia, em parte da própria América do Norte, até mesmo na África, e em alguns casos na América Latina; a expansão dos serviços sociais através de mudanças do papel do Estado ou a consolidação dos avanços na saúde e na educação. A elevação do padrão de vida mundial, a aceleração da industrialização, a urbanização, a mecanização dos campos, foram normalmente acompanhados de reformas sociais que permitiram que a geração de novas tecnologias significasse a geração do bem-estar social e a elevação do padrão de vida de grandes massas de população.

No caso brasileiro, contudo, atravessamos o século XX, e o grande latifúndio não só permaneceu intocado como, até, se fortaleceu. O processo de industrialização gerou uma urbanização patológica que levou numerosos migrantes à marginalização econômica, social, política e cultural. A distribuição de renda, desde 1960, passou a ser cada vez mais concentrada, e hoje o país tem a mais perversa repartição de renda do planeta.

No campo político, não conseguimos consolidar partidos com um mínimo de segurança e que abram perspectivas de um regime mais estável a longo prazo. Um aventureiro, com bom volume de capital e significativa sustentação da mídia, pode chegar à presidência da República, num extraordinário jogo de marketing e de propaganda bem estruturada em que se usam os métodos mais perversos.

No campo da cultura, simplesmente se acentua a dependência, sendo deplorável o nível atual em comparação ao de outros países neste século.

E assim em outros campos. A divisão entre ricos e pobres se aprofunda, e nunca foi tão profundo o fosso entre os poucos que possuem muito e os muitos que possuem pouco.

Nesse contexto, precisamos examinar rapidamente a questão da educação para, depois, entrarmos na questão da Sociologia propriamente dita.

A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO

Ao final do século XVIII, aproximadamente 2% da humanidade dominava a leitura e a escrita. O século XIX será o século da grande revolução da educação. É o momento da expansão das universidades na América do Norte, na Europa e na própria Ásia. A burguesia, à medida que realiza a Revolução Industrial, faz também a grande *revolução da educação*. Em numerosos países, a educação primária torna-se obrigatória e gratuita. Ao chegar ao poder, a burguesia vê na educação uma forma de solapar as bases da monarquia. A burguesia pretendia, através da educação, formar os cidadãos ideais para a sociedade moderna; assim, à medida que consolida o seu poder político, a educação tende a se expandir. Mesmo aqueles países que aderem tardiamente ao processo, investem seriamente na educação, como é o caso do Japão com a dinastia Meiji, a partir de 1860.

Deve-se aqui destacar que os países que realizam a Revolução Industrial no século XIX, simultaneamente erradicando o analfabetismo, são aqueles que dominarão todo o processo de invenção e da ciência que aquele século viu nascer. Na sua grande maioria ou na sua quase totalidade, aqueles países constituem o atual bloco dos *industrializados e desenvolvidos*.

À medida que avança o século XIX, caem progressivamente as taxas de analfabetismo e começa a estabelecer-se uma diferença qualitativa entre as antigas colônias e as metrópoles. O mundo do século XX começou a nascer profundamente desigual. Enquanto em muitos países ainda estavam bem presentes as raízes do colonialismo, a França já reduzia a sua taxa de analfabetismo a 17% (*Freire, 1991*), índice inferior aos atuais de muitos países africanos, asiáticos e latino-americanos, como o Brasil, por exemplo.

Em relação à universidade, a criação da Universidade de Berlim em 1809, voltada para a pesquisa, dá a dimensão das novas funções que a instituição deverá desempenhar a partir de então. Estava surgindo a universidade que marcaria o século XIX e, sobretudo, o século XX. A universidade deixará, gradativamente, de ser a que *repassa* os conhecimentos para ser a *geradora* dos conhecimentos e, sobretudo, a *construtora* do pensamento humano. Este modelo se desenvolve simultaneamente à *revolução da educação* naqueles países que estão realizando a Revolução Industrial.

Esses fatores acabam gerando uma situação de desequilíbrio nos diversos campos, que tenderá a se aprofundar ao entrarmos no século XX. As diferenças entre as antigas colônias e as metrópoles se tornarão maiores e passarão ao campo qualitativo, gerando os desequilíbrios que levarão ao quadro de países *desenvolvidos, em vias de desenvolvimento e sub-desenvolvidos* da atual conjuntura internacional.

No século XX, as questões do campo educacional evoluem segundo aquilo que se colocava no século XIX. As antigas colônias não conseguem superar os seus problemas e até nos dias atuais apresentam altas taxas de analfabetismo, sendo muito baixo o número de estudantes universitários em relação à população. Há, contudo, um aspecto extremamente relevante a ser considerado: a hegemonia econômica desloca-se da Europa para a América do Norte. Conseqüentemente, reforça-se a influência dos Estados Unidos e diminui, gradativamente, a função de controle exercida pela Europa, no caso brasileiro mais especificamente da França. Este fato é extremamente importante para se compreender o que se passa em relação ao Brasil.

O CONTEXTO BRASILEIRO

Durante o período colonial e também durante o Império, o Brasil viveu aquilo que *Cunha* (1980) denomina a *dependência divergente*, isto é, economicamente, dependia da Inglaterra e, culturalmente, da França. Esses traços permanecem bem delineados até por volta de 1920-1930. O modelo voltava-se completamente para a Europa. A partir dessa data, começa o que poderíamos denominar *dependência convergente*: tanto econômica como culturalmente, o Brasil passará a depender dos Estados Unidos.

Ao analisar-se a situação no final do século passado, quando da proclamação da República, vem à tona uma forte influência do positivismo tanto nas reformas de Benjamin Constant como na de Rivadávia Correa ou de Décroly, Claparède, Carrel, entre outros, que exerceram um papel relevante na implantação da *escola nova*, como mostra *Lourenço Filho* (1978) em sua obra *Introdução ao estudo da escola nova*. No século XIX, contudo, era muito mais marcante a influência francesa.

Quando do surgimento do escolanovismo, registra-se um paralelismo

entre a influência européia e a norte-americana. Nesse período, Anísio Teixeira, que estudara nos Estados Unidos onde fora discípulo de John Dewey, ao retornar, manifesta seu entusiasmo com as tendências da educação naquele país. Fernando de Azevedo desenvolve um papel importante, e a fundação da ABE consolida as novas idéias. Progressivamente, o pensamento norte-americano se fortalece cada vez mais, e as etapas seguintes mostram claramente um declínio da influência francesa e européia em geral. Esse processo se implantará definitivamente com os movimentos posteriores em 1950, sobretudo 1964, e os ajustes impostos pelas reformas da educação superior, lei 5 540 (1968) e lei 5 692 (de 1971). O redirecionamento será assumido oficialmente através de organismos, como a Capes e o CNPq, que facilitam as bolsas de estudos para a América do Norte, especialmente em alguns campos, como Agronomia, Veterinária, Engenharia. Algo semelhante se passa no campo da Educação e da Sociologia.

O DOMÍNIO DO SABER

Em relação à Sociologia, deve-se fazer uma leitura um pouco diferente, embora complementar à anterior.

As raízes do pensamento sociológico, basicamente, têm três vertentes: Durkheim, Marx e Max Weber. Do pensamento deles, posteriormente, surgirão outras correntes; contudo, tem a Sociologia, portanto, origem européia. Fora da Europa, foi nos Estados Unidos que a Sociologia se firmou mais rapidamente através do pensamento funcionalista e positivista que lá encontrou terreno muito fértil e terá em Skinner uma ação paralela e complementar. Ora, no momento em que a Sociologia se desenvolve entre nós, apesar da influência francesa especialmente sobre o grupo da Universidade de São Paulo, formador de uma escola crítica em que se destacaram Ianni, Cardoso, Florestan Fernandes, Brandão Lopes, firma-se a sociologia norte-americana.

Em algumas das chamadas *sociologias especiais*, é ainda mais acentuado o fenômeno (veja-se o caso da Sociologia Rural). A década de 1960 exacerba essa realidade. Praticamente, não havia manuais de autores brasileiros, sendo as obras recomendadas nos cursos de Sociologia todas de autores norte-americanos: Fichter, Chinoy, Bertrand, Biddle... Alguns desses manuais eram oferecidos gratuitamente, ou a um preço irrisório

através da Aliança para o Progresso. Fundações como a Ford, Rockefeller, Fulbright passam a oferecer numerosas bolsas de estudos para a América do Norte.

Durante o período da ditadura, a tendência torna-se ainda mais acentuada, para não dizer *exclusiva*. Nos diversos acordos assinados entre o MEC e a Usaid (Arapiraca, 1982), prevê-se o conteúdo de algumas reformas educacionais e chega-se ao ponto de determinar até os meios e a forma como será feita a divulgação. Vai-se a tal detalhamento que se determina, mesmo, a forma como deverá ser implantado o ensino da língua inglesa.

Inegavelmente, é o auge da convergência. Enquanto, no plano econômico e político, os Estados Unidos assumem um controle quase absoluto, no campo da Educação, expande-se o pragmatismo e, posteriormente, o tecnicismo, concretizado, sobretudo, na implantação das reformas do 1º, 2º e 3º graus. A educação torna-se um instrumento de dominação na mão do Estado. O braço repressor estende-se a esse campo e, mais especificamente na Sociologia, observa-se que são desmantelados todos os núcleos, tanto nas universidades como fora delas, só restando os que *fazem a Sociologia oficial*.

A SOCIOLOGIA OFICIAL

A tarefa da Sociologia passou a ser a defesa do regime e do sistema. A linha positivista e funcionalista, com raiz em Durkheim, via sociologia norte-americana, é *proposta e imposta* ostensivamente. Até mesmo bolsas de estudos para países como a França são cortadas, pois não oferecem *segurança ideológica*. Os que discordavam eram colocados à margem de qualquer processo decisório, quando não sofriam perseguições ainda mais drásticas.

Esses fenômenos estiolaram o desenvolvimento da Sociologia como um todo. A própria função de sociólogo não era reconhecida, pois, politicamente, *não era correta*. Há uma perda qualitativa importante tanto no campo da teoria como no desenvolvimento das pesquisas sociológicas; poucos trabalhos são produzidos nesses dois campos. As pesquisas elaboradas, muitas vezes encomendadas, com caráter oficioso, perdem o seu valor científico. A realidade é pouco conhecida, o que contribui significati-

vamente para a manutenção do *status quo*; impedem-se as reformas nos diversos campos.

A implantação obrigatória da cadeira Estudos de Problemas Brasileiros serve de exemplo para ocultar os *verdadeiros* problemas brasileiros. Gerações de jovens são formadas ouvindo as *realizações* de governos *competentes*, que, na verdade, construíam obras faraônicas e endividavam o país. A visão maniqueísta que predominava levava a uma divisão entre *bons* (adesistas) e *maus* (críticos), colocando todas as vozes discordantes no limbo ou no inferno, gerando o mais forte processo de repressão. Torna-se notória a dificuldade de emprego para os provenientes das áreas humanas.

Apesar de todo o aparato, ninguém consegue aprisionar a mente humana. Pequenos núcleos sobrevivem e dão origem à chamada *Sociologia do Desenvolvimento*, com origens tipicamente latino-americanas. Novos desafios abrem-se para esse campo do conhecimento e, lentamente, fortalecem-se núcleos de pensamento autônomos que fazem emergir uma visão com base na América Latina, para a compreensão da realidade circundante.

A VERDADEIRA TAREFA DA SOCIOLOGIA

A Sociologia, que surgiu como a *ciência que deve elucidar e ajudar a compreender a sociedade*, tem uma tarefa muito precípua no meio da comunidade científica e nos cursos das universidades brasileiras.

A primeira tarefa da Sociologia é *descobrir a realidade*. Acima de tudo, cabe descobrir a *realidade regional e nacional* para, num segundo momento, descobrir a *realidade continental e mundial*. A Sociologia deve oferecer instrumentos para o conhecimento, a análise e a compreensão dos fenômenos dum determinado grupo histórico ou dum determinado momento.

Hoje há uma grande abundância de dados que nos permitem um conhecimento profundo da realidade, os quais precisam ser elaborados e interpretados, trazidos para dentro da sala de aula, para que o aluno compreenda o que está ocorrendo em nível global.

Numa sociedade como a brasileira, a educação precisa ser vista no bojo duma realidade que apresenta um índice inaceitável de concentra-

ção de renda; uma história comprometida com forças retrógradas que sustentaram por cinco séculos o latifúndio; uma acentuada dependência externa, especialmente no período recente. Só se pode compreender certos problemas, tendo como pano de fundo o acelerado crescimento demográfico, acompanhado por um forte êxodo rural nas décadas de 1950 e 1960 e, conseqüentemente, por um processo de urbanização sem precedentes, que agudizou ainda mais certos problemas da sociedade brasileira (mortalidade infantil, desemprego, falta de moradia, marginalização social, inchaço dos setores do baixo terciário, surgimento dos bóias-frias, etc.).

Os dados estatísticos, como os censos, as pesquisas nacionais por amostra de domicílios, os relatórios do Banco Mundial, precisam tornar-se um instrumento corrente.

No que concerne diretamente à educação, as taxas de analfabetismo, as taxas de evasão escolar, o problema da qualificação docente, a especificidade da escola rural, as questões da escola básica, o atendimento escolar, a situação do magistério nos diversos níveis, são elementos que devem constituir-se num constante instrumento do trabalho do professor e do estudante.

Conhecer a realidade é a primeira condição para compreendê-la. Se a Sociologia não ajudar a *compreender a realidade*, torna-se inútil e frustrante. *Descobrir a realidade* é tarefa da escola, mas é função da Sociologia propiciar as condições para que tal ocorra.

Segundo *Florestan Fernandes* (1991:41), a contribuição das ciências sociais é de dois tipos: "contribuição teórica para ampliar o edifício teórico das ciências sociais" e "contribuição para o conhecimento da educação, para colocar a educação dentro do seu eixo histórico". E acrescenta:

Por que um país precisa de educação mais do que o outro? Porque um país da periferia, com desenvolvimento capitalista desigual, precisa da educação para diminuir as desigualdades, para eliminar iniquidades, para criar uma pedagogia dos oprimidos como diria Paulo Freire? As ciências sociais têm uma importância fundamental nas respostas a estas questões. E podem servir às classes dominantes, podem servir às classes intermediárias, podem servir às classes subalternas. (Fernandes, 1991:42).

A questão das classes sociais necessita ser profundamente conhecida para que se possa analisar como a burguesia se serve da educação no século XIX para estabelecer o monopólio do conhecimento. Os mecanismos desta sociedade só serão rompidos quando o conhecimento for utilizado por todas as classes sociais. O conhecimento é patrimônio da humanidade e não de um grupo social. Portanto, a apropriação do conhecimento pelas camadas sociais mais baixas se realizará somente quando forem rompidos mecanismos de dominação.

Por outro lado, o conhecimento deve levar à aplicação do mesmo: "Não se pode separar o conhecimento da transformação da pessoa e da sociedade... A educação acabou sendo posta naquela posição de relevo que nos permite falar que ela é o requisito para todas as outras revoluções e reformas sociais dentro da ordem e contra a ordem existente" (Fernandes, 1991:43). Portanto, há um vínculo muito estreito entre a *produção do saber* e a *transformação da realidade*.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Considerando uma sociedade como a nossa, qual o papel da educação: Preservação da realidade ? Cristalização social? Manutenção do *status quo*? Que caminhos poderiam conduzir à mudança social?

Normalmente, os manuais de Sociologia de origem norte-americana confundem *mudança social* com *mudança conjuntural*; tomam a sociedade capitalista como um elemento *dado*, como a sociedade *dada*, na qual só se processam mudanças pontuais e parciais, mas que, no seu conjunto, é intocável.

Ora se a sociedade capitalista é imutável, passa-se a falar numa sociedade *necessária*; não há outra alternativa a não ser o modelo de sociedade capitalista. Toma-se isso como se sempre fora verdade; tende-se a perceber a sociedade como a *única* possível. Se ela é a *única* possível, a etapa seguinte é fazer uma atribuição dum juízo de valor: é a *melhor* sociedade possível. Note-se, pois, que se vislumbra a sociedade como *perfeita* e, portanto, como a *melhor* sociedade, que, em consequência, não deve ser mudada. Logo, é a sociedade *dada*.

E isso é inquestionável. A mudança sempre é concebida como sen-

do realizada mantidas *as* estruturas e nunca *nas* estruturas. É uma mudança *na* sociedade e não *da* sociedade. As relações sociais permanecem inalteradas.

Ora, a mudança social visa, exatamente, à mudança das relações entre as classes sociais, caso contrário, é estabilidade, permanência, continuidade. A *mudança*, portanto, implica a transformação entre os setores componentes da sociedade; só pode ser realizada e objetivada quando implicar *nova* ordem entre indivíduos, grupos, setores e classes sociais.

As inovações tecnológicas, a introdução de novos mecanismos, muitas vezes, solidificam ou cristalizam as relações existentes; portanto, são absolutamente conservadoras e, por vezes, reacionárias, de forma que descaracterizam a mudança social. As classes dominantes, para aparentarem um perfil dinâmico sob o ponto de vista sociológico, confundem, propositadamente, *inovação* e *mudança conjuntural* com *mudança social*. Por vezes, via os meios de comunicação de massa, apresentam a própria introdução de produtos meramente tecnológicos como símbolos de *mudança*. Exemplo clássico dessas últimas posições foi o livro de Killpatrick, *A educação para uma civilização em mudança*. Inegavelmente, trata-se duma *mudança tecnológica* dentro do processo de industrialização, que se faz passar como sendo *mudança sociológica*. O consumo de novos produtos, pequenas alterações nos comportamentos não caracterizam *mudança*.

A *mudança* implicará sempre um caráter político: as relações políticas são alteradas: "O que alimenta a mudança a resistência à mudança é sempre uma posição política nas relações de classes. O que uma classe quer modificar em sua situação de interesses em seu sistema de valores" (Fernandes, 1941:41). Portanto, *mudança* implica a *alteração* de valores, a *transformação* da ordem, a *modificação* da sociedade.

Quanto mais profunda ela for, maior será a resistência. As grandes mudanças se dão sob grandes pressões, e, por vezes, somente fatores externos conseguem gerar condições para mudanças históricas. Há um caso clássico na América Latina de resistência à mudança, de perpetuação duma estrutura arcaica: a questão da reforma agrária. Quando abordada, apresentam-se a mecanização da agricultura, o aumento da produtividade, o crescimento na produção de alimentos como as grandes *mudanças* no setor. Na realidade, o setor mais arcaico e reacionário justamente se situa na oligarquia rural, especialmente no Brasil, Argentina, México

e Peru. Somente uma grande pressão interna, alimentada por pressões externas, poderá levar a transformações significativas no setor. O mesmo ocorre em relação à reforma urbana, à reforma bancária, à reforma educacional. Deve-se lembrar aqui, para melhor compreensão, as chamadas *reformas de base* de 1963. Como as classes dominantes reagiram?

Num primeiro momento, a classe dominante identifica a mudança social com a *desordem*, a *anarquia*, a *violência*. Ora, toda a desordem é indesejável. Busca estereótipos de forma a criar resistências, utilizando, para tanto, todos os recursos disponíveis. Como ela controla os meios de produção, tanto econômicos como culturais, veicula e elabora a ideologia e a formação da opinião pública. A classe dominante, na reelaboração da ideologia e das idéias hegemônicas, busca confundir a própria opinião pública. Hoje, por exemplo, observa-se razoável confusão no que se refere à terminologia em relação à mudança. Exatamente para evitar que ela se processe. Aqueles que mais se opõem à mudança tentam passar a idéia de que são *revolucionários* ou *progressistas*, precisamente para tirar o vigor e a força que esses termos possuem.

Importa, antes de continuar, esclarecer o que se entende por determinados termos. Qual o seu real significado? Como pode o indivíduo se posicionar diante da mudança?

É o que faremos a seguir. Posteriormente, examinaremos o papel da educação no processo de mudança social.

POSIÇÕES DIANTE DA MUDANÇA

Diante da mudança, basicamente, pode-se assumir cinco posições: conservador, reformista, reacionário, progressista e revolucionário. Vejamos o significado de cada um desses termos.

- *Conservador*: Busca a consolidação da sociedade de classes, a reafirmação da tradição. A história é vista como algo *estático*; predomina o tradicionalismo ideológico. Defende a manutenção do *status quo*.
- *Reformista*: "O denominador comum das correntes reformistas é a defesa da mudança social mediante melhorias graduais e fragmentárias sem substituir radicalmente o sistema de relações sociais e

de produção. Muitas vezes o reformismo é uma regressão, a partir das teorias revolucionárias iniciais” (*Fundação Getúlio Vargas*, 1986:1044). Portanto, aceita a mudança *parcial* dentro do sistema.

- *Reacionário*: É a posição mais tradicional; não aceita a mudança para preservar a sua posição social; busca a manutenção dos privilégios e fecha-se a qualquer possibilidade de transformação que possa levar à perda de posição. É o setor mais rançoso da sociedade, muito presente na classe dominante brasileira. Procura “anular ou neutralizar os efeitos de qualquer mudança ou ainda tornar preventivamente impossível qualquer mudança”(Fundação, 1986:1028). Opõe-se, portanto, a *qualquer* inovação social. Assume a inovação tecnológica como mudança social.
- *Revolucionário*: Indivíduo que propõe mudanças súbitas e radicais nas condições sociais e políticas (*Fundação*, 1986:1075), usando, para tanto, todos os meios disponíveis, se necessário as próprias armas. Visa, portanto, à transformação da estrutura social ou do próprio sistema. É o lado oposto do reacionário: pretende implantar profundas reformas sociais; quer a mudança profunda e global; caracteriza-se pela radicalidade de suas posições.
- *Progressista*: O termo assumiu entre nós um caráter diferente da idéia de *progresso*. É o indivíduo que defende a mudança da estrutura sem, contudo, aceitar o uso da violência para realizar a transformação. Nisto exatamente distingue-se do revolucionário: quer a mudança nas estruturas na própria sociedade sem, contudo, aceitar para tanto o uso da força das armas. Pode-se identificar o progressista com determinados setores da Igreja Católica no Brasil em relação a fenômenos, como reforma agrária, distribuição de renda e outras reformas sociais.

Esclarecidas as posições, cabe perguntar:

- Qual a *tarefa* da educação em relação à mudança social?
- Qual o *papel* da educação no processo de mudança social?
- Qual a *relação* da educação com a mudança social ?

EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL

É evidente que não se entende aqui a *educação* simplesmente como um *processo de ensino e aprendizagem*, mas como um processo de *desenvolvimento completo do indivíduo e da sociedade*. A *educação* é vista como uma ação transformadora da realidade individual e social, comprometida com a história e o desenvolvimento da sociedade. Individualmente, atinge a essência da pessoa e transforma sua própria realidade pessoal. É *essencial*, portanto, por atingir o próprio ser, e *social* por buscar a mudança da sociedade, por causa dos seus comprometimentos históricos.

“O conteúdo da educação - tal como a forma -tem caráter eminentemente social e, portanto, histórico... O conteúdo da educação é algo dinâmico, é fundamentalmente histórico; por isso, não tem contornos definidos, é variável, não se repete e só se realiza parcialmente em cada ato educativo”, conforme observa *Alvaro Vieira Pinto* (1984:43). Por isso mesmo, acrescenta: “o conteúdo da educação não é um adorno do espírito mas um instrumento de realização do homem dentro do seu ambiente social”. Neste sentido, a educação tem por objetivo mudar o próprio homem,

o que se intenta por meio dela é a mudança da condição humana do indivíduo que adquire o saber. Por isto a educação é substantiva, altera o ser do homem. A não ser assim, seria apenas subjetiva, mero ornamento da inteligência. O homem que adquire o saber, passa a ver o mundo e a si mesmo desde outro ponto de vista. Por isto se torna um elemento transformador do seu mundo. Esta é a finalidade essencial da educação. (Pinto, 1984:49).

A educação, assim, traz no seu bojo um caráter essencialmente transformador, tanto em nível individual como social. O processo educativo gera, portanto, mudanças; caso contrário, torna-se inútil. No decorrer e no final do processo educativo, o educando vai sendo sujeito do seu próprio desenvolvimento. O processo educativo leva a uma reinterpretação dos papéis sociais, das condições culturais, das relações entre indivíduos ou classes, gerando uma prática para a superação da realidade histórica: “Aprender, portanto, não é um saber como foi o mundo ou como deverá sê-lo, essencialmente é esforço por re-inventá-lo numa práxis que assume e supera as condições objetivas da situação histórica em que se vive” (*Fiori, 1992:86*).

Em consequência, a principal tarefa será um processo constante de *reinventar* o homem, a história, a sociedade. A educação, portanto, terá como tarefa primeira *refazer a história*: “Seu compromisso, não se funda no estabelecido - é risco, é aventura histórica... Por isto o homem é a constante conquista de si mesmo, e a educação do homem não se pode separar da produção do mundo - implicam-se num só e mesmo processo” (Fiori, 1992:85).

Como consequência, o ensino deve ser um processo histórico para a busca da superação dos problemas existentes. Referindo-se especificamente à universidade, *Ernani Maria Fiori* afirma: “A universidade - sem ser uma ideologia - deve reproduzir a realidade cultural, o meio histórico com seus problemas e conflitos, deve escutar as exigências do povo na ultrapassagem crítica da situação vivida e buscar solucioná-los”. Mais adiante, afirma: “A universidade está inserida no processo da sociedade global” (1992:50).

Nesse contexto, cabe examinar qual é a tarefa da educação sob o ponto de vista sociológico. Como, por exemplo, a Sociologia da Educação vai contribuir para o processo de mudança social? Que papel a Sociologia da Educação desempenha na educação?

A NEGAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL

Se é verdade que o comportamento humano segue padrões repetitivos que levam o homem a conformar-se às instituições, também é correto afirmar-se que o ser humano busca, constantemente, novas idéias, novos padrões e novas formas de ser. Às pressões externas da cultura e da sociedade para ajustar os comportamentos humanos se contrapõem necessidades de transformações. A sociedade vive entre a estabilidade e a transformação, entre a continuidade e a mudança. À medida que a educação reforça uma ou outra tendência, exerce também uma *função* inovadora ou conservadora; à medida que reforça o controle social, torna-se mais conservadora. O controle social sempre é mais intenso nas sociedades mais fechadas. Por outro lado, as classes dominantes são as que reagem mais fortemente à mudança. Para não parecerem reacionárias, identificam a mudança com a inovação tecnológica que elas dominam completamente. A chamada *modernização conservadora* ou *modernização*

dolorosa constitui um claro exemplo do que acabamos de falar. Cristaliza-se a estrutura social, e permitem-se somente inovações tecnológicas.

A mudança pode ter origem endógena - de dentro - ou exógena - de fora do grupo social. As mudanças endógenas podem ser geradas pela ação de um líder, por exemplo, mas, muitas vezes, são resultantes do conflito social. O conflito social pode "se desenvolver no interior de instituições cujos atores respeitam as regras do jogo... Em outros casos os conflitos têm por objeto as regras do jogo: por exemplo aqueles em que um grupo busca obter o reconhecimento de novos direitos" (*Boudon e Bourricaud*, 1993:79). Os autores observam que "os conflitos sobre as regras do jogo tendem a passar de estado latente para o estado patente em período de crise declarada ou difusa" (1993:79).

Os conflitos tendem, portanto, a gerar um estado de anomia em que há uma indefinição de normas e comportamentos, as regras do jogo estão indefinidas. Que valores vigoram? Nesse momento, os setores mais tradicionais da sociedade tentam reforçar os mecanismos de controle social; apelam até mesmo para as sanções sociais como forma de evitar a mudança, que se apresenta como ruptura e negação do controle social. Contudo, mais importante do que isso é mostrá-la como uma alternativa real para a sociedade.

FATORES DE MUDANÇA

Que fatores podem contribuir para estimular a mudança?

Embora não sejam determinantes, há uma série de elementos que podem contribuir efetivamente para criar ambiente favorável à mudança social. Pode-se destacar:

- a) o *conhecimento*: O conhecimento desempenha um papel importante à medida que mostra formas diferentes, sociedades diferentes, povos diferentes. É importante mostrar que não existe um destino social e que, nesse momento histórico, outros grupos sociais, ou outras sociedades, realizaram transformações. Não há predeterminismos históricos: não estamos condenados a um fatalismo social em que tende a vigorar um único modelo. A própria história do grupo revela isto: o passado foi diferente, o futuro não deverá repetir o presente. Há necessidade da percepção da sociedade como

um ser *vivo*, algo *em* transformação. O conhecimento deve dar esta contribuição, mostrando que, concretamente, existem outras formas. Portanto, a mudança é viável, pois outros grupos já a realizaram;

- b) *desirabilidade*: A mudança deve ser vista não só como *normal*, mas como *desejável*. A sociedade que se cristaliza tende, efetivamente, ao desaparecimento; a estabilidade total seria condenar o grupo ao desaparecimento. Portanto, a mudança é desejável para qualquer grupo que pretenda desempenhar algum papel social na história; o grupo precisa perceber a mudança social como algo inerente à sua sobrevivência. Nesta perspectiva, a mudança social, mais do que desejável, torna-se necessária;
- c) *necessidade*: A sociedade precisa de elementos para compreender a mudança social. Nesse contexto, torna-se, pois, fundamental que seja feita uma análise sociológica compreensível pelos diferentes grupos sociais. Portanto, aquilo que é propriedade dos sociólogos e intelectuais deve ser repassado para os diferentes setores sociais. A compreensão global, bem como os dados, contribui, decisivamente para que seja percebida a necessidade de mudança. Informações estatísticas e análises sobre questões, como distribuição de renda, estrutura fundiária, direitos sociais, padrões educacionais, evasão e permanência na escola, consumo de bens culturais, qualidade de vida da população, entre outros, devem ser utilizadas na construção duma maior consciência social. A mudança precisa ser percebida como *irreversível* e *necessária* para que novos setores passem a defendê-la e apoiá-la;
- d) *abertura do sistema*: Deve-se utilizar toda a brecha oferecida pelo sistema; onde ela não existe, deve ser gerada. Qualquer espaço social precisa ser aproveitado. Considerando um *sistema* como “conjunto de elementos interdependentes, isto é, ligados entre si por relações tais que, se uma for modificada, as outras também serão, e conseqüentemente todo o conjunto se transformará”, conforme *Bertalanffy* (apud *Boudon*, 1993: 504-513), nota-se a importância das transformações setoriais. A modificação dos elementos levará, portanto, à modificação do próprio conjunto. Para tanto, deve-se utilizar nos diferentes setores (econômico, político, cultu-

ral, religioso...) toda a oportunidade para implantar a mudança, de forma a desencadear um processo de transformação. Nas chamadas *sociedades modernas*, os sistemas tendem a ser mais abertos. Essas aberturas devem ser exploradas em benefício da sociedade, para gerar mudança social.

ETAPAS DA MUDANÇA SOCIAL

Inicialmente, a mudança social é percebida como uma divergência da forma tradicional. Por vezes, tenta-se identificar esta ruptura como um desvio social para impedir a sua efetiva implantação. Como o grupo que propõe a mudança é minoritário, sofrerá fortes pressões sociais, tendendo a ser identificado pelos setores tradicionais como um grupo periférico e marginal. Essa identificação visa a empurrar o grupo para *fora* da sociedade, jogando-o, portanto, à *margem* da mesma. Diante de tal situação, gera-se no seio da sociedade uma posição de indiferença, recusa ou aceitação.

Após um período inicial de certa anomia social, o grupo tende a uma incorporação ou rejeição da mudança proposta. Essa incorporação ou rejeição tanto pode ser temporária como definitiva; dependerá da dinâmica do próprio grupo, variando de um contexto social para outro.

O período de transição, chamado de *mora social*, pode ser mais ou menos longo. Persistindo por longo tempo a transição e atingindo, simultaneamente, vários setores, caracteriza-se a *crise social*, que se define pela sua amplitude, profundidade e duração. A reação à mudança é proveniente do medo de desintegração social, da perda de privilégios e de *status social*. O primeiro fator, sobretudo, é fartamente explorado pelos setores reacionários e mais conservadores da sociedade. Constata-se, também, que há maior resistência quando a mudança social implica perda de *status social* ou mudança de posição social. Por outro lado, a classe dominante busca de todas as formas a manutenção dos seus privilégios, ameaçando com a desintegração social como consequência da mudança.

Quanto mais profunda a mudança, mais penosa será sua implantação, pois atinge o próprio sistema de valores sociais. A difusão de traços de outras culturas causa choques menores porque a aceitação se dá mais

espontaneamente, ocorrendo uma situação favorável. A mudança importada pode contribuir decisivamente para romper valores tradicionais. Estes se revelam inadequados e criam um estado de expectativa favorável à mudança. Gera-se uma propensão coletiva à mudança.

Qual a contribuição que a educação pode trazer para acelerar um processo de mudanças sociais num país como o Brasil?

EDUCAÇÃO E MUDANÇA

A educação que simplesmente ensina a ler, escrever, calcular, no caso da mudança social, não tem função relevante nenhuma. Pelo contrário, muitas vezes, o processo de socialização se torna um meio de reforçar a sociedade tradicional.

A *educação* deve ser vista como um processo de *desenvolvimento global da pessoa* e, portanto, como geradora fecunda de alternativas. Deve mostrar as diferentes formas sociais, bem como as estruturas diversas de outras sociedades, de outros povos. A abertura de novos horizontes é tarefa inerente à ação educativa. Esta é criativa e transformadora; mostra novos padrões sociais e ajuda na compreensão dos fenômenos sociais, bem como na interpretação da realidade. *Ensinar* significa ensinar a *ler a realidade*. *Socializar* é um processo de inserção na história e na realidade do grupo social, na sua globalidade, no seu tempo.

Num primeiro momento, a educação se revela extremamente *contestadora* para, posteriormente, manifestar-se como *construtora* duma nova realidade. Isso deve ocorrer com a própria escola.

Infelizmente, a escola e os próprios professores constituem-se nos maiores obstáculos por causa de sua acomodação ao sistema. A primeira barreira a ser transposta é a dos professores formados num contexto amplamente conservador e cujas concepções se caracterizam, o mais das vezes, por um forte reprodutivismo social ou reacionarismo à mudança mais profunda. A escola, por sua vez, envolta em trâmites burocráticos e com uma estrutura tradicional e vertical, preocupa-se mais com as tarefas rotineiras do que com a evolução da sociedade na qual está inserida. Os educadores precisam encarar a mudança como um *valor social*; buscar no sistema social procedimentos de legitimação de forma que a mudança seja percebida como um processo *normal* na evolução da sociedade. As ruptu-

ras se impõem para sobrevivência do grupo. Neste aspecto, um profundo conhecimento da história pode representar uma contribuição importante. A ruptura do dogmatismo social, de que os valores são permanentes e imutáveis deve ser analisada em profundidade. A sociedade não está predeterminada e, portanto, os valores que a caracterizam não são eternos. Há necessidade da percepção de que os valores dominantes mudaram no passado e, portanto, são mutáveis no presente.

Outro ponto que merece destaque: a tarefa da educação como *construtora* do pensamento e do social e não como mera *transmissora* de conhecimentos. A educação centrada na transmissão de conhecimentos tem o seu foco no passado. Volta-se, pois, para trás, ao passo que a educação como criadora e elaboradora dum novo pensamento volta-se para o presente e para o futuro. A tarefa da transmissão dos conhecimentos é necessária e indispensável, contudo, insuficiente. A educação seria absolutamente incompleta se realizasse somente esta função. Tão ou mais importante que o conhecimento do passado é a descoberta do presente, como tempo de atuação concreta. O presente é o tempo real. Portanto, a educação deve, claramente, trabalhar nos limites do futuro, nas fronteiras do futuro, como diria *Cristovam Buarque* (1989:3), "enfrentar as dificuldades da aventura de atravessar a fronteira do futuro". Poderíamos transpor para a educação aquilo que *Buarque* (1989:53) fala da universidade: "A consciência de que o passado acabou mas ainda não temos futuro." E acrescenta:

É o momento mais trágico e por isto mesmo o mais rico da história da universidade brasileira. É o momento que vamos poder participar da descoberta do novo país, da formulação e da construção da sociedade livre, praticando a liberdade. No atual momento da nossa história, o Brasil vive a véspera dum novo futuro, que não será a simples reprodução do passado, com exigências bem diferentes para cada instituição social, especialmente aquela cujo papel é entender o mundo, seu processo, formular propostas e ajudar na construção do futuro. (Buarque, 1989:54).

Para concluir, podemos afirmar com certeza que a finalidade da escola não é *moldar* os indivíduos à sociedade, mas buscar *novas* formas para transformá-la. O conhecimento profundo da sociedade é, pois, imprescindível, e esta tarefa cabe à Sociologia da Educação.

CONCLUSÃO

Procurou-se mostrar no texto o papel que a Sociologia da Educação deve desempenhar no cotidiano da escola. Sobretudo, tenta-se acentuar a Sociologia como instrumento de preparação para mudança da escola e da própria ordem social, como pensar a educação *a partir do* social. A educação e a escola não existem como um apêndice da sociedade, mas têm sua razão de ser *na* sociedade e no repensar duma nova ordem. O educando e o educador repensam seus papéis e repensam a organização da sociedade para, depois, *proporem* e *serem* instrumentos da mudança.

Se a educação, após cinco anos ou mais, não modificar as concepções dos jovens e dos adultos que passam pelas escolas e universidades, propondo, criando uma nova visão e gerando um *ethos* favorável à mudança, ela se tornará inútil e dispensável. Se aqueles que passam pelas escolas e universidades não *aprenderem* uma *nova* percepção da sociedade e do mundo, cristalizando o arcaico e o passado, a educação fracassou.

Só é essencial aquilo que atinge a essência; caso contrário, torna-se superficial, periférico e dispensável. A educação, para ter razão de ser, deve cultivar e desenvolver o essencial, tanto em nível individual como no social. E hoje, no social, a transformação, a mudança e a proposta de uma nova ordem são essenciais. Esta tarefa está intrinsecamente ligada à função da escola. A Sociologia da Educação fornecerá o substrato para sua realização, para acelerar e antecipar tal evento.

ABSTRACT

In this paper one examines the functions of Educational Sociology in the classroom process. Taking into consideration the Brazilian reality and the development context of the country, the role of Educational Sociology is situated in the unleashing process of social change.

The stages of this change are shown based on a critical reading about the relationship between education and society, with emphasis on the main Brazilian authors who base the proposal of a sociology as an instrument of change.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAPIRACA, José de Oliveira. *A Usaid e a educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1982.
- BOUDON e BOURRICAUD. *Dicionário crítico de Ciências Sociais*. São Paulo: Ática, 1993.
- BUARQUE, Cristovam C. R. *Na fronteira do futuro*. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.
- CUNHA, L. A. R. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Memória viva da educação brasileira*. Brasília: Inep, 1991. v.I.
- FIORI, Ernani M. *Educação e política*. Porto Alegre: LPM, 1992. v.2.
- FREIRE, Ana M. A. *Analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1986.
- LOURENÇO FILHO, Manuel B. *Introdução ao estudo da escola nova*. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- PINTO, Alvaro V. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1984.